



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT

Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

Licença de Operação Provisória

LOP Nº: 270502/2020

VÁLIDA ATÉ: 27/05/2022

PROCESSO Nº: 115330/2020

DATA DE PROTOCOLO: 13/03/2020

A **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO

Armazenamento Temporário de Resíduos - Tipo A

ATIVIDADE LICENCIADA:

ÁREA DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA

LOCALIZAÇÃO:

Localização à rua G, esquina com a rua Manoel Souza dos Santos e rua C, com fundos para a rua F, quadra 26 do loteamento denominado "Village",
Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 58:20:42,10 - S: 15:27:38,99

MUNICÍPIO:

Araputanga

CEP:

78260-000

NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CNPJ/CPF: 15.023.914/0001-45

ATIVIDADE PRINCIPAL:

Administração de obras

RESTRIÇÕES:

As contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.

DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

- Conforme Parecer Técnico nº: 135144/CINF/SUIMIS/2020

LOCAL E DATA Cuiabá - MT, 27/05/2020	Coordenador de Infraestrutura Celso Ferreira Macedo	Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços Valmi Simão de Lima
---	---	--

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

Parecer Técnico**Parecer Técnico de Licença de Operação Provisória**

PT Nº: 135144 / CINF / SUIMIS / 2020

Processo Nº: 115330/2020

Data do Protocolo: 13/03/2020

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO**Interessado**

- **Nome / Razão Social:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
- **CPF/CNPJ:** 15.023.914/0001-45
- **Endereço:** AMM (Associação Mato-Grossense dos Municípios), nº 3920, -CPA - Av. Rubens de Mendonça. - CEP: 78050-902
- **Município:** Cuiabá - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** Armazenamento Temporário de Resíduos - Tipo A
- **Localização:** Localização à rua G, esquina com a rua Manoel Souza dos Santos e rua C, com fundos para a rua F, quadra 26 do loteamento denominado "Village", - CEP: 78260-000
- **Município:** Araputanga - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 58:20:42,10 - S: 15:27:38,99

Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** NUHAYLA ALMEIDA FIDELIS
- **Formação:** Engenheiro Ambiental - CREA : MT 045455
- **Nome / Razão Social:** NUHAYLA ALMEIDA FIDELIS
- **Formação:** Engenheiro Sanitarista - CREA : MT 045455

Atividades Licenciadas:

- O9000-0/01 - Limpeza urbana - exceto gestão de aterros sanitários

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA**1. PROJETO PROPOSTO:**

O empreendimento objeto deste licenciamento denominado "Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A" será implantado em uma área superficial de **3.024,00 m²**, localizado em uma área situado à rua G, esquina com a rua Manoel Souza dos Santos e rua C, com fundos para a rua F, quadra 26 do loteamento denominado "Village", em Araputanga/MT, para instalação da área em questão para atender as obras de pavimentação asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais a ser implantadas na zona urbana do município de Araputanga/MT, tendo como coordenadas geográficas: 15°27'38,99" s e 58°20'42,10" w. Os resíduos pretendidos para serem recebidos na área são solos e vegetação, oriundos de remoção em obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no município.

1. 2. Aspectos Físicos e Geográficos:

1.2.1. Topografia: A área do empreendimento possui topografia bastante plana e levemente ondulada com pequena declividade do Norte para Sul da área, e não existe curso d'água na área do empreendimento ou mesmo no entorno imediato. O relevo na área do empreendimento e entorno está representado Planalto Dissecado do Parecis e da Depressão Paraguai.

1.2.2. Hidrografia: A área abrange duas unidades geomorfológicas: Planalto dos Guimarães e Depressão do Rio Paraguai. O local e entorno da área do empreendimento, não existe ocorrência de nenhum tipo de surgência ou drenagem de água.

1.2.3. Vegetação: A área em estudo está inserida dentro do bioma Cerrado e Amazônia, e já encontra-se antropizada, mais ainda assim possui parte da vegetação tipo Savana e característicos do cerrado.

1.2.4. Solos: O solo na área onde se pretende construir o empreendimento dispõem com predominância de Podzólico Vermelho Amarelo e solos orgânicos.

2. IMPACTOS ADVINDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

2.1. Conflito de Uso com o Entorno:

Não haverá conflito com o entorno, tendo em visto que o empreendimento terá finalidade de destinar solos removidos nas obras de pavimentação e drenagem, bem como por aqueles resultantes de remoção destes (solos orgânicos) e escavação de solos, com a regularização dos materiais, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo do município.

2.1-Infraestrutura Proposta:

A área de operação deverá contar com total isolamento através de cerca feitas de palanques de madeira e arame, evitando qualquer tipo de acesso de transeunte.

2.2-Poluição do Ar e Geração de Ruído

Durante a execução da obra haverá um incremento na poluição do ar e na geração de ruídos em função dos serviços de escavação e instalação da rede.

2.3-Geração de efluentes

Geração de resíduos sólidos domésticos e esgoto doméstico durante a execução das obras no canteiro de obras.

2.4-Processos erosivos

Poderão ocorrer processos erosivos nos pontos mais baixos em função da concentração da água de chuva, durante a execução da obra, ocorrendo o aumento do volume bem como da velocidade da mesma, assoreamento dos corpos hídricos ao entorno do empreendimento.

2.5-Destruição da Flora

A obra não deverá causar impactos sobre a flora, pois a área do empreendimento já se encontra descaracterizada, composta por gramíneas esparsas.

2.6-Destruição da Fauna

Tratando de conservação de espécies na região, este pode ser considerado um impacto pouco significativo, uma vez que as áreas a serem abertas se encontram em já antropizada (urbana).

2.7- Contaminação dos Recursos Hídricos:

Fontes de contaminação dos recursos hídricos: recursos sólidos, efluentes sanitários, derramamento de derivados de petróleo e construção de obras, etc.

3. MEDIDAS MITIGADORAS:

3.1-Controle de acondicionamento e disposição final dos resíduos sólidos:

-Durante a fase de implantação das obras, os resíduos gerados, de qualquer natureza deverão ser efetivamente triados, acondicionados, armazenados, coletados e dispostos adequadamente.

-O local de implantação da obra deverá possuir cestos de lixo distribuídos em toda a sua extensão, sendo acondicionados em sacos plásticos de 50 ou 100 litros e estar perfeitamente sinalizados;

-Este previsto coleta de resíduos sólidos no período de implantação da obra, sendo a coleta realizada pelo veículo coletor da empreiteira.

3.2-Controle de erosão:

As áreas de compactação do solo serão restritas ao local do empreendimento;

3.3-Controle de emissão de ruídos e poeiras:

-Manutenção e regulação periódica dos motores das máquinas, veículos e equipamentos em geral para perfeito funcionamento;

-O horário de serviço deverá estar compreendido entre as 7:00 e 18:00 horas;

-Para os operários que operam equipamentos produtores de ruídos (Retroescavadeira) estão previstos o uso de EPI's e para minimizar a emissão de poeiras está previsto a umidificação da área por meio de caminhão-pipa.

-Os caminhões basculantes deverão obrigatoriamente possuir lona para se evitar derramamento de terra nas vias públicas.

3.4-Controle de Acidentes:

Todos os serviços serão executados de modo a ocasionar o mínimo de interferência com o

tráfego de veículos ou pessoas transeuntes, moradores, ou que trabalhem próximos ao local da obra.

Será utilizada sinalização ao longo das vias públicas atendendo as normas e padrões exigidos. Todas as frentes de obra utilizarão todos os equipamentos coletivos e individuais de proteção, tais como: tapumes, placas de advertência, grades de sinalização, cones, capacetes, botinas, luvas, coletes refletivos.

3.5-Controle de bota-fora:

-Pode usar como material de aterro, desde que não se situe em APP e caso seja terreno com autorização do proprietário;

3.6-Proibição do uso de armas de fogo, bebidas e drogas:

Deverá possuir sinalizações e advertências, proibindo o uso no canteiro e trechos de obras.

3.7-Controle contaminação dos Recursos Hídricos:

-Controle de geração e destinação final adequada dos resíduos sólidos e efluentes provenientes da atividade desenvolvida;

-Veículos e equipamentos que apresentarem problemas persistentes de vazamento devem ser retirados da frente da obra para manutenção e serem substituído;

-Evitar a permanência de máquina, veículos e equipamentos em áreas próximas a corpo d'água, de forma a prevenir a contaminação dos recursos hídricos.

3.7-Proibição de utilização ou modificação de APP–Área de Preservação Permanente.

Não será autorizado o depósito de material (bota-fora) ou lixo em APP.

4. HISTORICO DO PROCESSO:

Em 09/03/2020, sob protocolo N° 115330/2020, a Prefeitura Municipal de Araputanga solicitou a Licença de Operação Provisória (LOP) para implantação de uma "Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A", e será implantado em uma área superficial de 3.024,00 m².

Em 15/04/2020 foi emitido o Ofício de Pendências N° 152939/CINF/SUIMIS/2020.

Em 28/04/2020 o interessado apresentou resposta ao Ofício n° 152939/CINF/SUIMIS/2020 por meio do documento de protocolo n° 159374/2020.

5. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

O Processo em questão solicita a Licença de Operação Provisória (LOP) para a implantação de uma "Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A", através do Protocolo n° 115330/2020.

5.1. CONFERÊNCIA DOCUMENTAL:

- Requerimento padrão modelo SEMA;
- Comprovante de situação cadastral do CNPJ;
- Cópia do RG e CPF do Prefeito Municipal;
- Comprovante de endereço e Diploma do Prefeito Municipal;
- Procuração do Outorgante para Outorgado: Nuhayla Almeida Fidelis;
- Certificado técnico do empreendimento e do responsável técnico;
- ART N° 0030473 de Nuhayla Almeida Fidelis;
- Cópia das publicações em Diário Oficial e mídia local do pedido de licenciamento ambiental;
- Cópia da Matrícula nº 2.766, em nome Prefeitura de Araputanga/MT;
- Declaração de Uso e Ocupação do Solo;
- Croqui de localização da área com as coordenadas geográficas;
- Mapa Temático; Hidrografia;
- Declaração Bens Acautelados IPHAN
- Mapa Área de Influência Direta - AID;
- Plano de Controle Ambiental;
- Atendimento ao Ofício nº 152939/CINF/SUIMIS/2020.

5.2. LOCALIZAÇÃO GEOREFERENCIADA:

A área de localização da "Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A", está situada no perímetro urbano da cidade de Araputanga, como vizinhos, residências, distante de corpos hídricos, Bairro Vilage, tendo como referencias as Coordenadas Geográficas: 15°27'38,99" s e 58°20'42,10" w.

5.3. ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO

O Processo em questão solicita a Licença de Operação Provisória (LOP), publicado em 09/03/2020 no Diário Oficial (fl. 15) para um empreendimento denominado "Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo

Classe A", localizado no perímetro urbano da cidade de Araputanga/MT, através do protocolo nº 115330/2020. Entretanto neste mesmo protocolo houve um procedimento equivocado solicitando (LP, LI, LO).

A presente análise refere-se ao requerimento do protocolo nº 115330/2020 de 13/03/2020 onde o interessado Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, tem o local pretendido para implantação da área de recebimento de resíduos de construção civil, conforme já exposto, onde o empreendedor solicitou Licença de Operação Provisória (LOP), justificando que passará a receber Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A" a serem realizadas no município de Araputanga, em consonância com a Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/2002, alterada pela Resolução nº 348/04, inciso IV do Art. 3º. Para tanto, foi apresentado documentos e Plano de Controle Ambiental visando a implantação do empreendimento.

A área pretendida para implantação da atividade possui **3.024,00 m²**, sendo que não foi informada a capacidade de armazenamento de solo, considerando uma área em formato de retângulo de 63,00 m x 48,00 m (fl. 19). Localiza em área urbana, havendo vias e moradias confrontando o limite da área. Informa que o corpo d'água mais próximo localiza a cerca de 206,00 metros da área do empreendimento (fl. 35).

Foi proposto controlar a emissão de poeira no momento da carga e descarga umedecendo os caminhos e serviços, material, e sinalização vertical horizontal na entrada do empreendimento informando sobre a proibição da destinação sobre a proibição de destinação (recebimento) de resíduos que não seja de Classe A, tais como plástico, papel, papelão, madeira, metais, vidros e outros.

Foi apresentado projeto de isolamento da área de "Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A", de materiais originados da escavação superficial do solo e vegetação em obras de pavimentação, conforme a Resolução CONAMA nº 307 de 2002, que será constituído por cercamento com palanques de madeira e arame liso na parte inferior e na parte superior arame farpado, conforme projeto em anexo, como também apresentou a Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), ou documento equivalente, conforme Instrução Normativa SEMA Nº 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2017 a área do empreendimento não está em nenhuma área de influência direta de bens acautelados do Estado de Mato Grosso conforme base de dados fornecidos pelo IPHAN (fl. 24).

5.4. Análise Complementares:

5.4.1. Apresentar publicações (DOE e jornal local/regional) do requerimento das licenças (LP, LI, LO) conforme requerimento Padrão/SEMA (correção).

5.4.1.1. A publicação juntada no processo é de LOP – Licença de Operação Provisória;

Resposta: **Item atendido;** solicitado N/A.

5.4.2. Apresentar ART do responsável pelo licenciamento atendendo ao item 2.2 do TR nº 01/SUIMIS/SEMA/MT.

Resposta: **Item atendido;** ART Nº 1220200053093 de João Gustavo Farias Junior.

5.4.3. Apresentar layout do empreendimento mostrando os setores que o compõe.

Resposta: **Item atendido;** foi apresentado layout (fls. 92 e 93).

5.4.4. Deve ser previsto um sistema de drenagem superficial na área impedindo a entrada de águas precipitadas no entorno e o carreamento de material sólido para fora desta área. Apresentar um projeto de sistema de drenagem de águas pluviais.

Resposta: **Item atendido;** no período chuvoso entre os meses de outubro e abril a Prefeitura Municipal de Araputanga não irá destinar solo de terraplanagem para a devida área (fl. 81).

5.4.5. Apresentar medidas de controle de poeira no momento de carga e descarga dos materiais (NBR 15112:2004).

Resposta: **Item atendido;** foi apresentado o Programa de Controle de Poeira (fl. 82).

5.4.6. Apresentar plano de controle de recebimento de resíduos. Observar as diretrizes da NBR 15112:2004 no que se aplica à atividade.

Resposta: **Item atendido;** foi apresentado Programa de Controle de Recebimento e Transporte de Resíduos (fl. 83).

5.4.7. Atender ao item 5.3 da NBR 15112:2004 no que se refere aos equipamentos de segurança no local.

Resposta: **Item atendido;** foi apresentado o item 5.3 da NBR 15112:2004 que a área deve dispor de equipamentos de proteção individual (fl. 84).

a) Avaliação da LOP – Licença de Operação Provisória:

Foi apresentada toda a documentação administrativa, mapas, projeto executivo, medidas mitigadoras e informações técnicas de acordo com as exigências desta Secretaria.

Verificamos que sua localização não interfere em áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) APP e ARL, ou seu amortecimento.

Diante do exposto, somos pelo **deferimos** da Licença de Operação Provisória (**LOP**) para as obras de “Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A”, localizado em uma área situado à rua G, esquina com a rua Manoel Souza dos Santos e rua C, com fundos para a rua F, quadra 26 do loteamento denominado “Village”, na zona urbana do município de Araputanga/MT.

6. CONCLUSÃO:

Pelo exposto, baseado nas informações contidas nos protocolos apresentados, não existe restrições quanto à localização do empreendimento, o projeto apresentado é viável, portanto opinamos pelo **deferimento** da Licença de Operação Provisória (**LOP**), para implantação da “Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A”, localizado na zona urbana do município de Araputanga/MT.

Ressalvamos que a vistoria “in loco”, neste momento, não foi realizada em virtude das restrições temporárias causadas pela do COVID-19 (CORONAVÍRUS), considerando se tratar de uma obra de “Área de Armazenamento Temporário de Resíduos de Obras de Infraestrutura, tipo Classe A”, com os recursos de imageamentos orbitais, optamos por analisá-la de forma remota pois não haverá prejuízo às avaliações feitas assim, ficando a vistoria agendada, se for o caso, para época da execução das obras, e/ou, após a passagem desta pandemia, nossa decisão neste aspecto se fundamentam na Lei Complementar Estadual nº. 592/2017 no Artigo 31 § 6º e pelo Decreto Estadual nº 416/2020 em seu Artigo 16.

Salientamos que a presente Licença não dispensa e nem substituem Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Lembramos que o não atendimento das normas ambientais pode acarretar punições previstas na Lei Complementar nº. 38 de 21/11/95, com alterações da Lei Complementar nº. 232 de 21/12/05. Ressalvamos, porém que poderão ocorrer vistorias técnicas durante a vigência da licença, podendo ocorrer solicitações por parte deste órgão, caso seja necessário.

6.1 Condicionantes

6.1.1. Apresentar anualmente relatório contendo controle da movimentação/fluxo de resíduos demonstrando a entrada e saída do material (tabular os dados); informando a quantidade total, em toneladas ou metro cúbico, de resíduos recebidos e de resíduos destinados; informando qual foi a destinação/reutilização dos resíduos; avaliando a eficiência das medidas mitigadoras propostas; atualizando documentos do processo, se necessário. Junto ao relatório anual apresentar relatório fotográfico demonstrando, sucintamente, as condições de operação contemplando o armazenamento temporário na área de recebimento de resíduos, e a destinação/reutilização dos resíduos. As imagens devem estar acompanhadas de legendas.

6.1.2. O empreendimento deve manter fluxo adequado de entrada e saída de resíduos de modo a atender o cronograma proposto.

6.1.3. O presente licenciamento contempla resíduos de construção civil Classe A como materiais de concreto e solos.

6.1.4. Não está contemplado no presente licenciamento o recebimento de resíduos de construção civil Classe B (resíduos recicláveis tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso), Classe C (resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação), e Classe D (resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde).

6.1.5. O presente licenciamento não inclui supressão de vegetação.

6.1.6. É proibida a queima de resíduos.

6.1.7. Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos

sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei. (Resolução CONAMA nº 307/2002)

6.1.8. O empreendedor será responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento.

6.1.9. A SEMA poderá exigir novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

6.1.10. Submeter previamente à SEMA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto.

6.1.11. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores.

6.1.12. O projeto proposto deverá ser implantado conforme aprovação feita pela SEMA.

6.1.13. Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera.

6.1.14. Adotar medidas de controle para evitar o carreamento e o transbordamento de material sólido.

6.1.15. A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s).

6.1.16. Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei.


Carlos Roberto da Silva
Engenheiro Civil
Analista de Meio Ambiente
SEMA-MT

Cuiabá - MT, 27 de maio de 2020



Handwritten signature